

Política, financiamento e análise da educação básica em Belford Roxo: IDEB, IFDM, IDH

Carlos Antonio Leite Silva¹

Resumo:

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa em administração fisco-tributária das receitas municipais diretas, repasses e transferências constitucionais do estado e da União ao Município de Belford Roxo, e a aplicação destes recursos no financiamento da Educação Básica, que engloba a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A Educação Infantil é dividida em: creche e pré-escola; o Ensino Fundamental é dividido em dois níveis: do primeiro ao quinto ano e do sexto ao nono ano e o Ensino Médio, com três anos de duração. Os Tributos Municipais diretos considerados no estudo foram o IPTU, o ISSQ e Taxas. Quanto aos repasses e transferências constitucionais, foram incluídos o IPVA, o ICMS, o IR, o IPI, Royalties de Petróleo, o FUNDEF, o FUNDEB e o FPM. Em relação ao ensino da Educação Básica, as principais variáveis elencadas foram aquelas relacionadas aos quantitativos de: escolas, salas de aula, funcionários e professores; docentes e matrículas na educação infantil; docentes, matrículas, evasão e formandos no Ensino Fundamental. E, finalmente, os índices e notas utilizados foram o IDEB, o IFDM, e o IDH.

Palavras-chave: Educação Básica; Financiamento; IDEB.

Abstract:

This paper presents the results of a research on tax authorities and tax administration of direct municipal revenues, transfers and constitutional transfers from the state and the Union by the municipality of Belford Roxo and the application of these resources in basic education, which includes early childhood education, Education Elementary and high school. Preschool education is divided into: kindergarten and pre-school; Elementary School is divided into two levels: the first to the fifth year and the sixth to ninth grade and high school, with three-year, which was included in Basic Education in February 6, 2006 (Law 11.274 of February 6 2006). Direct Municipal Taxes considered in the study were the property tax, the ISSQ and Fees. As for transfers and constitutional transfers were included the property taxes, ICMS, IR, IPI, Royalty Oil, FUNDEF, FUNDEB and the FPM.. Regarding the Basic Education teaching major variables listed were those linked to quantitative schools, classrooms, faculty and staff; teachers and enrollment in early childhood education; teachers, enrollment, dropout and

¹ Mestre em Administração pela Universidade Unigranrio. E-mail: calstonini@gmail.com

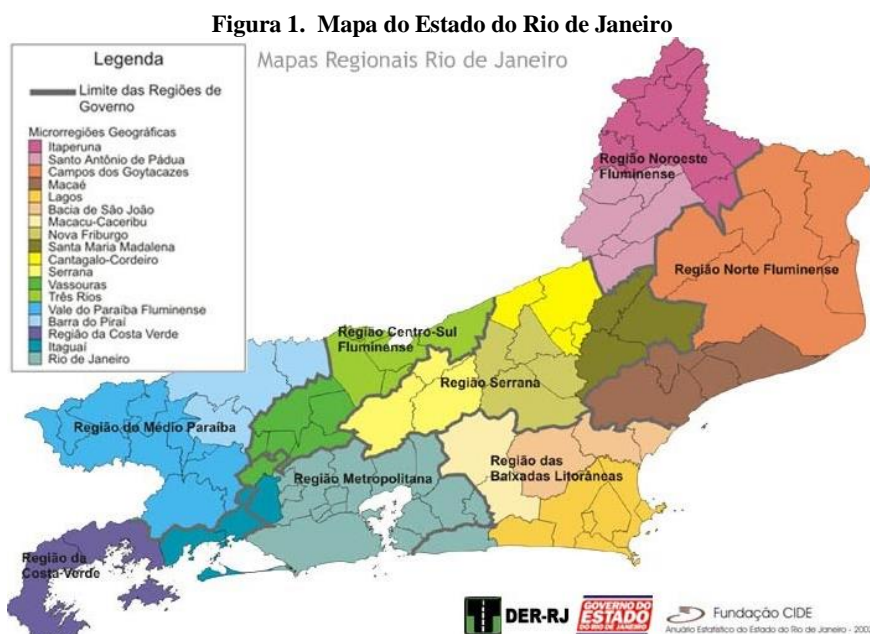
students in elementary school. And finally, indexes and notes used were IDEB, IFDM, and the HDI.

Keywords: Basic Education; Financing; IDEB.

1. Introdução

Este texto tem como objetivo analisar de que forma o financiamento e a gestão dos recursos tributários pela Prefeitura de Belford Roxo têm impactado os índices de desenvolvimento da Educação Básica.

O Estado do Rio de Janeiro é composto por 92 Municípios, distribuídos em oito regiões de governo: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Costa Verde (figura1):



Fonte: Mapas do Rio de Janeiro

O Município de Belford Roxo é um dos 19 municípios que está situado na mesorregião metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e a microrregião homônima. Está localizado ao norte da capital do estado, distando desta cerca de 20 quilômetros, com 78 quilômetros quadrados. Atualmente, o município é o sexto mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, contando com 472.008

habitantes – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2011) – e com o 14º maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, com R\$ 4.925.137,22 mil (IBGE 2011). Sua renda per capita, em 2011, era de R\$ 10.434,44 (IBGE 2011), seu Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM 2010) era de 0,684 (IBGE 2010) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) consolidado de 0,5915 (ano 2011). O município é considerado como de desenvolvimento moderado e médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2000). É um município jovem, com apenas 26 anos de emancipação e 23 anos de autonomia e apenas 05 legislaturas. Foi emancipado do Município de Nova Iguaçu em 03 de Abril de 1990, sendo que o primeiro mandato eletivo ocorreu em 01 de janeiro de 1993. A figura 2, a seguir, mostra a posição geográfica do município na região metropolitana e a figura 3 uma foto ampliada do município dentro do estado.

2. Política de financiamento da educação

Santos (1997) assinala que os estudos considerados no financiamento da educação no Brasil ainda são muito pequenos e consideram praticamente as partes pedagógicas e administrativas. Além disso, muitas vezes se esquecem de aprofundar as pesquisas sobre os financiamentos e subsídios dos educadores da sociedade civil, assim como os poderes executivo, legislativo e judiciário no cumprimento dos parâmetros legais sobre a educação no Brasil.

Monlevade e Ferreira (1997) afirmam que “a partir da Constituição Federal de 1988, passamos a vivenciar um período de democratização do Ensino Fundamental”. Arelaro (1999), por sua vez, aponta que estas transformações são possibilitadas, em parte, pela alteração na forma de seu financiamento com a instituição das políticas de fundos vinculadas à educação.

Muitos estudiosos e educadores consideram como positiva a vinculação de fundos para políticas de serviços públicos sociais, os recursos necessários devido à necessidade de se garantir constitucionalmente um fluxo de recursos obrigatórios e constantes para os serviços públicos sociais que atendam à maioria da população brasileira. No entanto, deve-se olhar com cautela esta

democratização, em especial de como se dá o financiamento desta através da política de fundos e seu impacto junto à oferta e a qualidade do ensino.

Verhine e Magalhães (2003) desenvolveram estudo em 12 estados brasileiros sobre os impactos do FUNDEF no Brasil, alertando para o fato de que o crescimento nas matrículas relativas ao Ensino Fundamental durante a vigência do FUNDEF não pode ser considerado real, em virtude do remanejamento de alunos da Educação Infantil e da Educação de Jovens e Adultos para o Ensino Fundamental com a intenção de elevar a captação de recursos do FUNDEF. Estes pesquisadores chamam a atenção sobre a evidência do incremento de crescimento do valor aluno/ano na prestação de contas de despesas com Educação Infantil e/ou Ensino Médio e a elevação dos salários que, embora identificada, não seguem uma tendência linear, uma vez que houve inclusive redução significativa nesse valor em alguns municípios estudados.

Davies (2001, p. 25) observa que, principalmente, nos municípios mais carentes, há um grande aumento de matrículas. Para ele, “a ânsia de muitos governantes em abocanhar uma maior fatia do FUNDEF os têm levado a operar o milagre de multiplicação das matrículas, fazendo com que elas, em 1998, subissem mais do que a evolução média dos anos anteriores”. Inclusive ocorreu na época do Ministro Paulo Renato Costa Souza a falsificação de matrículas, com o objetivo de obter recursos extras do FUNDEF, sendo registradas 153 mil matrículas irregulares em cinco estados. Em relação às matrículas, também há o risco de superlotação de salas de aulas, uma das formas das autoridades receberem recursos adicionais do FUNDEF, prejudicando o aprendizado dos alunos.

Pinto (1999) destaca que, com a implantação do FUNDEF, os municípios aumentaram suas receitas, pois no momento de penúria nas finanças municipais os recursos desse fundo são o grande chamariz utilizado pelos governos estaduais para a assinatura de convênios de municipalização, transferindo para os municípios seus alunos, prédios e pessoal. Mas o que chama a atenção é que, junto com a receita do FUNDEF, vem a despesa (a manutenção do aluno que, para assegurar um ensino de qualidade, custa muito mais que o valor

estipulado pelo governo federal) e, ainda pior, esse fundo tem seu prazo determinado, e os municípios depois terão que custear as despesas com os seus próprios recursos. Pinto (2007) destaca:

Ser um retrocesso da atual política de financiamento com relação à que vigorou até 2006 com o FUNDEF e reforça que o FUNDEB não apresenta, mesmo que em perspectiva, a ideia de que seu cálculo de custo-aluno tomasse como referência a noção de uma educação de qualidade. (PINTO, 2007, p. 890).

Tabela 1. Impostos que compõem a Cesta - FUNDEB (e respectivas dívidas ativas, juros e multas), no patamar de 20%

Esfera	Impostos	Transferências
Estados/DF	IPVA	FPE
	ITCM	IPI Exp
	ICMS	Compensação - desoneração - Lei Kandir
Municípios	-	Da União
		FPM
		ITR (50%)
		Do Estado
		IPVA (50%)
		ICMS (25%)
		IPI Exp

Fonte: Autor

Na tabela 1, são apresentados os impostos e as transferências constitucionais que compõem a cesta FUNDEB, com as respectivas esferas de competências:

Tabela 2. Impostos que não compõem a Cesta-FUNDEB

Esfera	Impostos	Transferências
Estados/DF	-	Da União IRRF
Municípios	IPTU	Da União IRRF
	ITBI	
	ISS	

Fonte: Autor

Na tabela 2, são apresentados os impostos e transferências constitucionais que não compõem a cesta FUNDEB com as respectivas esferas de competências:

Tabela 3. Receitas e Transferências Constitucionais – Valores Deflacionados - Valor Atual - Valor Presente – 1995 – 2012

Ano	Receitas Correntes	Transferências Intergovernamentais	Transferências União	Transferências FPM	Royalties Petróleo	FUNDEF Estado FUNDEF, FUNDEB
1995	138.649.301,85	-	-	28.679.824,52	-	-
1996	170.591.042,54	-	-	31.010.424,05	-	-
1997	180.397.365,09	-	-	30.030.847,81	-	-
1998	306.638.479,07	-	-	33.891.468,07	-	77.124.412,00
1999	281.377.190,48	223.855.713,88	85.775.608,50	31.116.509,13	-	66.502.092,06
2000	281.604.852,20	231.751.442,14	92.057.328,98	31.346.571,89	-	63.601.951,73
2001	280.017.362,13	240.255.773,31	99.055.367,19	32.181.265,10	-	66.732.181,79
2002	244.202.102,25	202.414.706,07	79.833.767,50	30.736.097,67	-	60.551.863,68
2003	245.415.037,58	204.471.627,12	74.994.296,10	29.576.036,33	-	64.883.452,15
2004	271.787.797,54	232.289.828,06	95.599.367,89	27.702.941,78	-	59.211.799,00
2005	327.350.516,67	261.604.901,74	112.212.021,91	34.025.953,39	9.663.575,34	64.224.756,36
2006	389.238.576,32	314.002.746,71	126.193.900,93	36.832.440,73	9.837.917,63	87.149.640,76
2007	381.959.722,67	305.347.001,25	126.242.754,08	39.285.132,49	10.171.282,25	78.951.998,30
2008	418.746.442,88	337.339.989,88	146.046.054,61	45.028.655,15	9.974.072,57	90.505.577,41
2009	439.856.950,75	348.131.879,15	152.097.910,59	43.037.423,25	10.634.210,75	98.118.691,75
2010	503.213.595,75	389.863.730,94	154.992.276,62	42.706.386,24	12.695.432,18	103.922.924,07
2011	498.549.186,12	398.267.059,21	164.019.432,93	48.069.150,26	13.923.959,42	119.723.849,79
2012	514.023.126,79	416.578.723,85	183.545.752,43	47.153.060,44	14.392.201,96	----
2013	-	-	-	-	-	-

Fonte: STN – FINBRA (1995 a 2012). Elaborado pelo autor

Tabela 4. Despesas – Valores Deflacionados - Valor Atual - Valor Presente 1995 – 2012

Ano	Desp. Orçamentárias	Desp. com educação	Desp. com Ens. Fundamental	Desp. com Ed. Infantil	Outras Desp. Educação
1995	195.098.575,02	-	-	-	-
1996	195.664.512,30	-	-	-	-
1997	170.861.938,62	-	-	-	-
1998	309.817.133,34	-	-	-	-
1999	281.348.728,39	102.152.337,77	-	-	-
2000	259.612.041,69	81.419.265,94	-	-	-

2001	281.767.002,48	91.198.415,38	-	-	-
2002	248.729.965,67	80.636.474,47	-	-	-
2003	233.714.565,88	90.199.947,76	-	-	-
2004	245.563.506,28	79.700.078,62	-	-	-
2005	268.995.510,77	86.687.872,59	81.023.066,15	280.437,61	4.877.519,09
2006	352.249.078,57	127.112.511,69	125.981.064,40	193.063,45	806.680,61
2007	360.921.508,59	120.110.281,61	118.214.442,55	162.023,81	1.717.806,72
2008	409.714.438,56	132.656.209,68	125.380.701,35	778.929,63	6.435.049,28
2009	421.603.457,74	141.724.766,46	138.476.399,52	1.789.613,91	949.014,70
2010	498.366.843,05	152.410.037,64	146.287.649,58	1.633.789,79	898.781,88
2011	513.217.278,81	173.523.312,51	169.705.732,77	1.399.674,49	743.316,88
2012	-	170.380.244,56	166.518.302,67	2.180.778,99	638.708,05
2013	-	-	-	-	-

Fonte: STN – FINBRA (1995 a 2012). INEP (1995 a 2012)

2.1. Do FUNDEF ao FUNDEB

O FUNDEF vigorou de Janeiro de 1998 a Dezembro de 2006, enquanto o FUNDEB, que o substituiu, começou a vigorar em Janeiro de 2007, com previsão até Dezembro de 2020. A Emenda Constitucional n. 14, de 12 de Setembro de 1996, o Decreto 2.264 de Junho de 1997 instituiu o FUNDEF, que foi regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de Dezembro de 1996, mas passou a vigorar em janeiro de 1998 (BRASIL, 1996).

Já o FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007, e Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao FUNDEF, que vigorou de 1997 a 2006. O FUNDEB surgiu com a proposta de redistribuir de forma mais justa e equitativa os recursos vinculados à educação no país, bem como de ampliar o patamar de investimentos. Com a reformulação, o fundo passou a atender não apenas o Ensino Fundamental, mas toda a Educação Básica, que vai da educação infantil até o Ensino Médio e inclui os programas de Educação de Jovens e Adultos, os chamados EJAs.

Com o advento do FUNDEB, mudou-se o critério da educação para o de “esforço federativo” (MARTINS, 2005, p. 45). O FUNDEB é a principal fonte de financiamento da Educação Básica pública. Pelo menos 60% dos recursos do

fundo devem ser usados na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício – professores, diretores e orientadores educacionais. O percentual restante é destinado a despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

O FUNDEF veio com o objetivo de financiar a educação referente ao Ensino Fundamental e a valorização do magistério, enquanto o FUNDEB substituiu o FUNDEF e é mais amplo, tanto em dimensão dos níveis escolares, quanto em valores de recursos ao financiamento da educação e da valorização de magistério. Estes recursos são maiores e crescentes ao longo dos anos e têm o objetivo de atender toda a Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação de Indígenas e não só a Educação Fundamental.

Semeghini (2001) ressalta que, entre os anos de 1999 e 2000, foi feito um trabalho de divulgação pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) para que a população pudesse se inteirar mais sobre os recursos do FUNDEF, e os interessados pudessem fiscalizar a aplicação desse dinheiro. Este trabalho de divulgação foi firmado através de convênios com o objetivo de divulgar os valores repassados para os municípios, tendo como parceiros os Correios, que fixaram cartazes em todo o país, inclusive em escolas e Secretarias de Educação, informando, de maneira didática, o que podia e o que não podia ser feito com o dinheiro do FUNDEF.

Quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental, em 1º de janeiro de 1998, ocorreu a implantação Nacional do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), de natureza contábil, onde cada estado e seus respectivos municípios contribuem com 15% dos principais impostos, para depois redistribuírem os recursos proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas redes públicas estaduais e municipais de Ensino Fundamental, segundo informações coletadas pelo Censo Escolar. Caso a receita não seja suficiente, a União repassa aos estados e municípios um complemento ao fundo para garantir o valor por aluno fixado pelo Presidente da República.

O FUNDEF foi criado para garantir maior equidade e transparência na distribuição de recursos destinados ao Ensino Fundamental, devendo ressaltar que, após a criação do mesmo, os estados e municípios continuam sendo obrigados a investir 25% dos impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento da educação pública, em geral.

Tabela 5. Comparativo FUNDEF- FUNDEB

Parâmetro	FUNDEF	FUNDEB
1. Vigência	Dez anos (até 2006)	14 anos (a partir da promulgação da emenda constitucional)
2. Alcance	Apenas o Ensino Fundamental	Educação Infantil, ensino Fundamental e Médio
3. Número de alunos atendidos	30,2 milhões (Censo Escolar de 2005)	48,1 milhões, a partir do quarto ano de vigência do fundo (Censo de 2005)
4. Fontes de recursos que compõem o fundo	<p>15% de contribuição de Estados, DF e Municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fundo de participação dos Estados (FPE) • Fundo de participação dos Municípios (FPM) • Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) • Imposto sobre produtos industrializados, proporcional às exportações (IPIexp) • Desoneração de exportações (Lei Complementar nº 87/96) <p>Complementação da União</p>	<p>Contribuição de Estados, DF e Municípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 16,66% no primeiro ano; • 18,33% no segundo ano • 20% a partir do terceiro ano, sobre: Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS); Imposto sobre produtos industrializados, proporcional às exportações (IPIexp); Desoneração de exportações (Lei Complementar nº 87/96) <p>Contribuição de Estados, DF e Municípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6,66% no primeiro ano; • 13,33% no segundo ano; • 20%, a partir do terceiro ano, sobre:

		<p>Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); quota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos municípios</p> <p>Complementação da União</p>
5. Montante de recursos	R\$ 35,2 bilhões (previsão de 2006, sem complementação da União)	<p>Consideradas as estimativas (em valores de 2006) e a escala de implantação gradual do fundo, os montantes previstos de recursos (contribuição de Estados, DF e Municípios, sem complementação da União), seriam:</p> <ul style="list-style-type: none"> • R\$ 41,1 bilhões no primeiro ano • R\$ 45,9 bilhões no segundo ano • R\$ 50,7 bilhões no terceiro ano
6. Complementação da União ao fundo	<p>R\$ 313,7 milhões (valor previsto para 2006 pela Portaria MF nº 40, de 3.3.2006)</p> <p>Não há definição, na Constituição, de parâmetro que assegure o montante de recursos da União para o fundo</p>	<p>Consideradas as estimativas, em valores de 2006:</p> <ul style="list-style-type: none"> • R\$ 2 bilhões no primeiro ano • R\$ 3 bilhões no segundo ano • R\$ 4,50 bilhões no terceiro ano • 10% do montante resultante da contribuição dos Estados e Municípios a partir do quarto ano • Valores reajustáveis com base no índice oficial da inflação • Esses valores oneram os 18% da receita de impostos da União vinculada à educação, por força do art. 212 da Constituição, em

		<p>até 30% do valor da complementação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não poderão ser utilizados recursos do salário-educação (a contribuição do salário-educação será estendida a toda educação básica pública) • Até 10% poderá ser distribuída aos fundos por meio de programas direcionados à melhoria da qualidade da educação
7. Total geral de recursos do fundo	R\$ 35,5 bilhões previstos para 2006	<p>Previsões (em valores de 2006):</p> <ul style="list-style-type: none"> • R\$ 43,1 bilhões no primeiro ano • 48,9 bilhões no segundo ano • R\$ 55,2 bilhões no terceiro ano
8. Distribuição dos recursos	Com base no número de alunos do ensino fundamental regular e especial, de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior	<p>Com base no número de alunos da educação básica (creche, pré-escolar, fundamental e médio), de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior, observada a escala de inclusão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alunos do ensino fundamental regular e especial: 100%, a partir do primeiro ano • Alunos da educação infantil, ensino médio e EJA: 33,33% no primeiro ano; 66,66% no segundo e 100% a partir do terceiro
9. Utilização dos recursos	Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental. O restante dos recursos, em outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público	<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica. • O restante dos recursos em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da

		educação básica pública.
10. Valor mínimo nacional por aluno ao ano (detalhamento a ser definido na regulamentação da PEC)	Fixado anualmente, com as diferenciações: Até 2004: <ul style="list-style-type: none"> • 1ª à 4ª série • 5ª à 8ª série e educação especial A partir de 2005: <ul style="list-style-type: none"> • Séries iniciais urbanas • Séries iniciais rurais • Quatro séries finais urbanas • Quatro séries finais rurais e educação especial 	Fixado anualmente com diferenciações previstas para: <ul style="list-style-type: none"> • Educação infantil (até três anos) • Educação infantil (pré-escola) • Séries iniciais urbanas • Séries iniciais rurais • Quatro séries finais urbanas • Quatro séries finais rurais • Ensino médio urbano • Ensino médio rural • Ensino médio profissionalizante • Educação de jovens e adultos • Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional • Educação especial • Educação indígena e de quilombolas
11. Salário-educação	Vinculado ao ensino fundamental. Parte da quota Federal é utilizada no custeio da complementação da União ao Fundef, permitida até o limite de 20% do valor da complementação	Vinculado à educação básica. Não pode ser utilizado para fins de custeio da complementação da União ao Fundeb

Fonte: Ministério da Educação (MEC) – Assessoria de Comunicação Social (ACS)

A tabela 5 apresenta um resumo, uma comparação da evolução das políticas e dos financiamentos da Educação Básica no Brasil, desde a criação do FUNDEF até a substituição pelo atual FUNDEB.

3. Indicadores de rendimentos de gestão pública da educação: experiências comparadas

Os indicadores sociais podem ser classificados conforme a área a que se referem, como indicadores da educação, da saúde, de mercado de trabalho, de

segurança pública e de justiça, de infraestrutura urbana, de renda e desigualdade (JANNUZZI, 2002). A seguir, serão apresentados alguns indicadores importantes como o IDEB, o IFDH, e o IDH.

3.1. O IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

No decorrer da década de 1990, para dar maior autonomia à escola, usando-se a lógica da descentralização, foi criado no país o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sistema federal de controle dos resultados e da qualidade, que consiste em um conjunto de mecanismos de avaliação do sistema educacional que assegurou a centralização, no nível federal.

A apresentação do IDEB para a sociedade brasileira ocorreu em abril de 2007. Segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em 24 de abril de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar a educação no país em todas as suas etapas, em um prazo de quinze anos, definindo ações para todos os níveis, etapas e modalidades da educação brasileira, da creche à pós-graduação, alcançando secretários municipais e estaduais de educação, alunos, docentes, diretores de escolas, pais e até empresários.

No entanto, a prioridade é a Educação Básica, que vai do Ensino Infantil ao Médio, em que será utilizado um índice de qualidade que representará as condições em que se encontram o ensino com o objetivo de alcançar nota 6,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O plano “Compromisso Todos Pela Educação” propõe as diretrizes e estabelece as metas para as escolas das redes municipais e estaduais de ensino.

Souza (2009) afirma que as medidas pelo desempenho dos alunos em testes padronizados nacionalmente evidenciam a política de implantação de uma lógica da gestão escolar pautada no controle dos produtos e resultados educacionais.

Os resultados obtidos são interpretados como um indicador da eficiência da unidade escolar, em particular, e do sistema educacional, como um todo (SOUZA, 2009), medindo a qualidade do ensino oferecido.

Segundo Oliveira (2007), as condições objetivas sob as quais o ensino está estruturado refere-se à “organização escolar”. Este conceito compreende das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados – tudo seria matéria da organização escolar. Já o termo “organização do trabalho escolar” refere-se à divisão do trabalho na escola. Consiste na forma como o trabalho do professor e dos demais trabalhadores são organizados na instituição escolar, visando atingir os objetivos da escola ou do sistema.

O IDEB foi criado em 2005 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação, para medir a qualidade de ensino no território nacional. Ele é um índice que mede a qualidade de ensino, com notas de 0 a 10, e combina a avaliação de desempenho em provas, a Prova Brasil, com dados de repetência e aprovação, proficiência e evasão. A cada dois anos, a medida é feita a partir do alcance das metas municipais e estaduais. O objetivo é que o país obtenha nota 6,0 até o ano de 2022, nota que seria o correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

A principal utilidade do índice é contribuir para o monitoramento dos sistemas de ensino, subsidiando, portanto, políticas tanto de financiamento quanto para a avaliação de iniciativas de diversas ordens (OLIVEIRA, 2007).

Para uma melhor pesquisa e acompanhamento do desempenho do município de Belford Roxo, em relação a meta do IDEB, foi colhido no TCE-RJ ano de 2013 os dados da tabela 6.

Tabela 6. Notas médias e variação do IDEB do Ensino Fundamental – rede municipal local – 2005 a 2011 de Belford Roxo

Rede municipal	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	IDEB 2009	Ranking 2009	IDEB 2011	Ranking 2011	Meta IDEB 2011	Atingiu meta de 2011?
Anos Iniciais	3,5	68º entre 88 avaliados	3,6	84º entre 91 avaliados	3,7	83º entre 91 avaliados	3,8	88º entre 91 avaliados	4,3	Não

Anos Finais	2,7	69º entre 73 avaliados	2,7	80º entre 83 avaliados	2,8	78º entre 80 avaliados	3,2	73º entre 77 avaliados	3,1	Sim
----------------	-----	------------------------------	-----	------------------------------	-----	------------------------------	-----	------------------------------	-----	-----

Fonte: TCE-RJ 2013 – Estudos socioeconômicos

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, observam-se notas crescentes de 3,5, no ano de 2005, a 3,8, no ano de 2011, porém, embora crescente, não atingiu a meta IDEB, no ano de 2011, que foi de 4,3. Inclusive a posição do ranking IDEB sempre teve posições perto dos últimos lugares. No ano de 2011, foi o 88º lugar entre 91 avaliados.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, observam-se notas crescentes de 2,7, no ano de 2005, a 3,2, no ano de 2011. Inclusive atingiu a meta IDEB no ano de 2011, que foi de 3,1. Mas a posição do ranking IDEB sempre teve posições perto dos últimos lugares. No ano de 2011, foi o 73º lugar entre 77 avaliados.

3.2. IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um índice construído a partir de estudo anual do Sistema FIRJAN, que leva em conta o desenvolvimento de todos os mais de cinco mil municípios brasileiros em três áreas: Emprego e Renda, Educação e Saúde. A página eletrônica da FIRJAN expõe que o indicador é calculado com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do trabalho, educação e saúde.

Mesmo com as diferenças entre os municípios e com um recorte municipal, é possível gerar um resultado nacional discriminado por unidades da federação, graças à divulgação oficial das variáveis componentes do índice por estados e para o país.

O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade avaliada. Além disso, a metodologia utilizada aponta a possibilidade de determinar se a melhora relativa que ocorreu em determinado município foi devido à adoção de políticas específicas ou se o resultado obtido é devido apenas a uma reação de queda dos demais municípios.

O índice é dividido em quatro setores: educação, saúde, emprego e renda e consolidado (médio). As variáveis consideradas pelo IFDM educação são: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, médias de horas aulas diárias, e o próprio resultado do IDEB.

Para uma melhor pesquisa e acompanhamento do desempenho do município de Belford Roxo, em relação ao índice de rendimento escolar (IFDM-E), foi colhido na FIRJAN o ano de 2014. Os dados se encontram na tabela 3, abaixo.

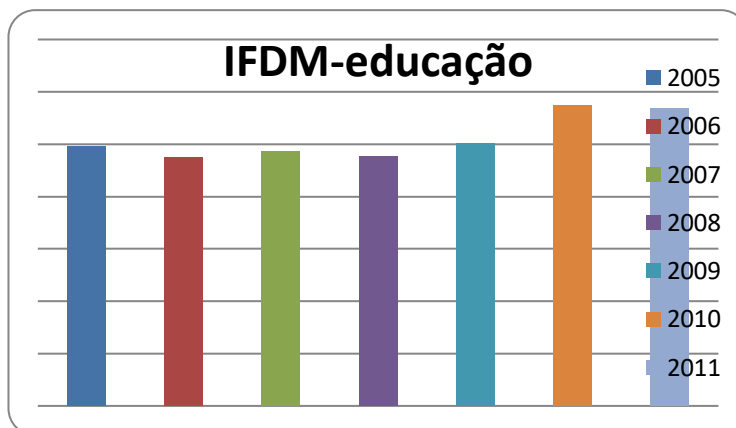
Tabela 7. Índices de rendimento escolar dos anos 2005 a 2011 em Belford Roxo

Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IFDM- educação	0,4954	0,4751	0,4868	0,4767	0,5022	0,5737	0,5679

Fonte: FIRJAN – Pesquisa IFDM. Elaborado pelo autor

Na tabela 7, são apresentados os índices de rendimento desenvolvidos pela FIRJAN.

Figura 2. Índices de rendimento escolar dos anos 2005 a 2011 em Belford Roxo



Fonte: FIRJAN – Pesquisa IFDM. Elaborado pelo autor.

Pela figura 2, observa-se que o índice de rendimento escolar do Município de Belford Roxo, embora tenha tido algumas oscilações crescentes e decrescentes durante os anos observados, de 2005 a 2011. O ano de 2011 apresentou um crescimento em relação a 2005, foi de 0,4954 para 0,5679, um crescimento de 0,0725.

3.3. IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi publicado pela primeira vez em 1990 e é calculado anualmente. Ele foi criado com o objetivo de ampliar os índices de medidas do desenvolvimento humano. O IDH é um índice mais abrangente do que o PIB (Produto Interno Bruto), pois considera maior número de variáveis como: Educação, Saúde e Trabalho (renda) e não apenas a parte econômica, como é o caso PIB per capita, que é muito utilizado, mas considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Conforme depreende-se da página eletrônica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH foi desenvolvido por Mahbub ul Haq, um economista paquistanês, com a participação do economista indiano Amartya Sen, que ganhou do Prêmio Nobel de Economia, em 1998, para ser uma medida geral do desenvolvimento humano.

O IDH, embora analise o desenvolvimento humano, não aborda tudo sobre desenvolvimento, não traduz em bem-estar de vida nem informa o melhor lugar para se viver. A grande importância do IDH é facilitar, resumir a compreensão do tema a ser discutido e avaliado além de promover o debate. Em 2010, o relatório do IDH completou 20 anos, e foram acrescentadas novas metodologias no cálculo. Atualmente, as variáveis que compõem o índice são: saúde, educação e renda.

- Expectativa de vida: medida pela saúde e por uma vida longa.
- Educação: A educação é medida por (i) média de anos de educação de adultos (maior ou igual a 25 anos); (ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, considerando os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança.
- Qualidade de vida: Medida pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

O IDH tornou-se referência mundial e, desde 2010, passou a ser recalculado devido às movimentações de entradas e saídas de novos países e a novas adaptações de metodologias, possibilitando assim novas perspectivas de tendências. É um índice padrão dos objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Do ajuste do IDH Global, saiu o IDH-M, que foi publicado em 1998 e utilizou os dados do censo de 1970, 1980, 1991, e a publicação de 2003 utilizou o censo de 2000.

O IDH é usado, para além de medir o grau de desenvolvimento humano, na classificação dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, e também pode ser utilizado por organizações ou empresas para medir o desenvolvimento local das entidades dos estados, cidades, aldeias, dentre outros.

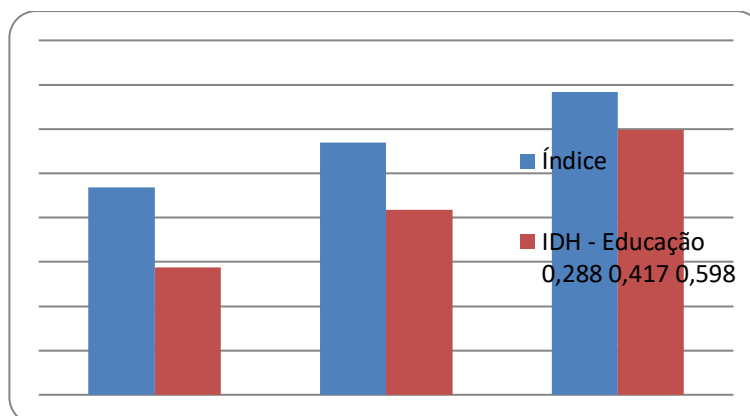
Para uma melhor pesquisa e acompanhamento do desempenho do município de Belford Roxo, em relação ao índice IDH Educação, foram colhidos no TCE-RJ, ano de 2013, os dados da tabela 8, abaixo.

A tabela 8 apresenta estudos comparativos do Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) com o Índice de Desenvolvimento Humano Educação (IDH Educação) dos anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 8. IDHM – Município de Belford Roxo – 1991-2010

IDHM	1991	2000	2010
Índice	0,468	0,57	0,684
IDH - Educação	0,288	0,417	0,598

Fonte: TCE-RJ 2013 – Estudos socioeconômicos

Figura 3. IDHM, IDH Educação de Belford Roxo

Fonte: autor

Na figura 3, o IDH Médio é crescente de 0,468, no ano de 1991, a 0,684, no ano de 2010, enquanto o IDH Educação cresce de 0,288, em 1991, a 0,598, em 2010, e tem um crescimento acelerado entre 2000 e 2010. Um crescimento do IDH Educação é relativamente maior que o crescimento IDH Médio comparado ao mesmo período. Quanto mais próximo de 1,0 melhor, então, conclui-se que o IDH Educação está bem modesto.

4. A Educação Básica em Belford Roxo

Belford Roxo conta com escolas em praticamente todas as regiões do município, contudo a educação está longe do ideal. As escolas da rede estadual contam com infraestruturas precárias e, em sua maioria, encontram-se sucateadas. A rede municipal de ensino conta com escolas em melhores condições, porém, muito longe de serem comparadas às escolas particulares.

Para os anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, o indicador IDEB alcançou notas crescentes desde 2005 até 2011. No ano de 2011, a nota IDEB do município foi de 3,2, ultrapassando a meta IDEB, que foi de 3,1. Mas a posição do ranking IDEB sempre foi perto dos últimos lugares. No ano de 2011, foi o 73º lugar dentre 77 municípios avaliados.

Em 2014, no Município de Belford Roxo, os estabelecimentos de ensino público em atividades são:

- Ensino pré-escolar: total de 17 escolas municipais, sendo 14 creches e três casas das crianças;
- Ensino Fundamental: total de 58 escolas municipais, sendo 51 escolas e sete CIEPS;
- Dois polos de pré-vestibular social da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIE RJ).
- Ensino Superior: FABEL e um polo do consórcio Fundação Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) (SEMED-PMBR-2014).

5. Caracterização dos dados para as variáveis da Educação Básica em Belford Roxo

Tabela 9. Estatísticas do Ensino Básico em Belford Roxo – 1995- 2001

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Escolas	57	81	69	53	51	48	48
Salas de Aula	292	426	396	367	409	432	432
Funcionários	2.060	2.228	2679	2599	2660	2787	2787
Professores	1.179	1.328	1467	1420	1450	1459	1459
Docentes Infantil	72	110	96	29	29	42	42
Matrículas Infantil	1.023	999	4.590	1.949	434	68	318
Docentes Fundamental	1.046	1.059	1.275	1.296	1.289	1337	1.337
Matrículas Fundamental	25.756	28.629	32.754	34.802	34.139	35836	35.836

Fonte: INEP – MEC – microdados do Censo Escolar. Elaborado pelo Autor

Tabela 10. Estatísticas do Ensino Básico em Belford Roxo – 2002- 2008

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Escolas	48	53	53	57	57	58	60
Salas de Aula	463	501	510	536	545	-	-
Funcionários	3080	3331	3524	3681	3758	-	-
Professores	1627	1705	1854	1875	1837	4096	4253
Docentes Infantil	47	84	59	79	91	113	133
Matrículas Infantil	315	555	560	-	1.265	1611	1983
Docentes Fundamental	1.487	1.240	1.341	1.752	1.695	3253	3401
Matrículas Fundamental	37.996	33.783	-	-	-	35963	36694

Fonte: INEP – MEC – microdados do Censo Escolar. Elaborado pelo Autor

Tabela 11. Estatísticas do Ensino Básico em Belford Roxo – 2002- 2008

	2009	2010	2011	2012	2013
Escolas	-	69	73	73	72
Salas de Aula	-	-	-	-	-
Funcionários	-	-	-	-	-
Professores	4137	4137	3903	3926	3491
Docentes Infantil	235	235	287	298	301
Matrículas Infantil	3942	3942	4678	-	4813
Docentes Fundamental	3226	3226	3068	3091	2673
Matrículas Fundamental	31443	31443	30797	29792	28085

Fonte: INEP – MEC – microdados do Censo Escolar. Elaborado pelo Autor

6. Considerações finais

Este trabalho apresentou um breve histórico do financiamento da educação como a criação de transferências constitucionais, como o Fundo de Participação do Município (FPM), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização de Magistério (FUNDEF), que posteriormente foi alterado para Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que são fontes atuais de financiamentos à Educação Básica.

O Brasil ocupa o 6º PIB do mundo (FMI Abril de 2012), é o 5º do mundo em população – em torno de 202 milhões de habitantes (IBGE/2014) –, é o 5º do mundo em extensão geográfica (IBGE/2014), o 88º na educação (UNESCO Março de 2011). Esses dados mostram que o país ainda precisa melhorar muito a gestão na educação.

Estudos demonstram que, para alcançar um crescimento sustentável e a qualidade de vida, um dos principais requisitos necessários é investir na educação.

No município estudado, a educação está muito distante do ideal, embora haja crescimento de um modo geral das receitas do município e, mesmo com aumento de verbas nas aplicações de recursos para a educação, as instalações, os suportes, as infraestruturas, o treinamento de professores e pessoal afim, de um modo geral, está deixando a desejar.

Foram coletados dados de populações e informações diversas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados gerais de educação, quanto ao ensino da Educação Básica.

Informações sobre o índice de desempenho IDEB foram coletadas do INEP, enquanto o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi coletado no portal da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o IDH.

Hoje em dia, os municípios têm competência e capacidade tributária, além de receber repasses e transferências, tanto para usar no orçamento quanto verbas vinculadas à educação, como o FPM, FUNDEF, FUNDEB, dentre outros citados ao longo da pesquisa. Pelas pesquisas, constatou-se que muitos municípios vivem atualmente do FPM.

O Brasil, ao longo dos anos, também sofreu várias tentativas de centralizações e descentralizações na educação, através de decretos, leis, Emendas Constitucionais ou novas Constituições. Por ser um país de dimensões continentais, atualmente, o sistema é descentralizado e fica a cargo dos municípios a Educação Básica.

No caso do Município de Belford Roxo, vários CIEPs, que eram estaduais, foram municipalizados. Com a edição de várias Constituições, emendas constitucionais, leis e decretos, que foram citados ao longo dos estudos, verificaram-se melhorias das práticas adotadas no sistema de ensino brasileiro.

No município estudado, pesquisou-se principalmente a Educação Básica, na modalidade Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Foram criados no país meios de financiamentos para a Educação (FUNDEF/FUNDEB), além de meios para medir o rendimento e a qualidade do ensino pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), traçando-se metas a serem atingidas até o ano de 2021.

No que diz respeito à questão fiscal e no custeio do Ensino Básico nos municípios brasileiros, verificou-se que a ocorrência do financiamento parte do governo Federal, Estadual e Municipal, através de recursos transferidos pelo FPM, FUNDEF e, atualmente, FUNDEB, além das verbas obrigatórias

constitucionalmente vinculadas à Educação Básica (25% dos impostos têm que ser aplicados em educação).

Quanto aos indicadores IDEB, IFDM e IDH, o município estudado apresenta índices baixos, mas crescentes, tendo que melhorar muito a qualidade do ensino para atingir as metas e chegar a índices desejados e planejados, cujas metas são bem modestas.

Observa-se que o orçamento e as despesas com gastos em educação são crescentes e a qualidade de ensino, medidas pelo IDEB, também apresentaram crescimento ao longo dos anos. Porém, só atingiu a meta no ano de 2011, nos anos finais do Ensino Fundamental (atingiu 3,2 e a meta era de 3,1).

Já o IFDM, entre os anos de 2005 a 2011, apresentou oscilações de acréscimos e decréscimos, mas de uma maneira geral houve aceleração no crescimento, enquanto o IDH também é baixo, mas apresentou crescimento acelerado e constante em todas as observações feitas.

Conclui-se que, para melhorar a qualidade do ensino e crescimento nos índices de medidas educacionais de qualidade e de evasão escolar, são necessárias muitas melhorias. Como exemplo, pode-se citar: melhorias de instalações, treinamentos de professores, planos de carreiras para professores, melhorias das salas de aulas e do local das salas de aulas, ambientes, bem-estar para os educandos, transportes, escolas próximas das residências, livros, merenda escolar, infraestruturas, dentre outras.

Já as informações de educação foram consultadas no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e as informações de ordem geográficas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Observou-se que a gestão e a aplicação dos recursos tributários têm impactado numa sensível melhora nos índices de desenvolvimento da educação Básica.

De uma maneira geral, os resultados obtidos foram bons, demonstrando a realidade encontrada no município estudado em relação aos financiamentos da educação, escolas, número de professores, alunos, matrículas, dentre outros, com valores reais.

Referências bibliográficas

ARELARO, L. R. G. Financiamento e Qualidade da Educação Brasileira: Algumas Reflexões sobre o Documento “Balanço do 1º Ano do FUNDEF”, 1999. In: DOURADO, L. F. (org.) *Financiamento da Educação Básica*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

BRASIL. *Lei 9.394*, de 20 de dezembro de 1966 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-(LDB).

BRASIL. *Lei nº 10172*, de 09 de janeiro de 2001- Plano Nacional de Educação – (PNE).

BRASIL. *Lei Complementar nº 130* de 14 de julho de 2010 - Plano Desenvolvimento da Educação. (PDE).

DAVIES. N. *O Fundef e as verbas da educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. O Financiamento da Educação Estatal no Brasil: Velhos e Novos Desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 16, n. 2, pp. 159-176, jul/dez 2000.

DOURADO, L. F. (org.) *Financiamento da Educação Básica*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FIRJAN. *IFDM*. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em 05/10/2014.

FUNDEB. *Subsídios ao Ministério Público para Acompanhamento do FUNDEB* – Publicação de responsabilidade do FUNCAIJ, 2008.

IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330045>>. Acesso em 05/10/2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP. *O que é o IDEB*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em 04/10/2014.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, Mau uso e Abuso dos Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas Municipais. *RAP*. Rio de Janeiro 36 (1):51-72, 2002, jan / fev.

Mapas-rio. *Mapas do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.mapas-rio.com/regioes.htm>>. Acesso em 19 de abril de 2013.

MARTINS, P. S. Financiamento da Educação Básica: Critérios, Conceitos e Diretrizes. In: LIMA, M. J., ALMEIDA, M. R., & DIDONET, V. (orgs.) *Fundeb: Dilemas e Perspectivas* (pp. 37-52). Brasília: Edição independente, 2005.

Ministério da Educação (MEC), Assessoria de Comunicação Social (ACS) - *Do FUNDEF ao FUNDEB*. Recuperado de < E-mail: imprensa@mec.gov.br > Acesso em 19/11/2013.

MONLEVADE, J. A., & FERREIRA, E. B. *O FUNDEF e seus Pecados Capitais: Análise do Fundo, suas Implicações Positivas e Negativas e Estratégias de Superação de seus Limites*. Celilândia: Idéa Editora, 1997.

OLIVEIRA, R. P. Da Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade: Uma Análise Histórica. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, out, 2007, pp. 661-690.

OLIVEIRA, R. P. *Qualidade com Garantia de Respeito às Diversidades e Necessidades de Aprendizagem* In: Graciano, M. (coordenadora) *O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

PINTO, J. M. R. Política recente de Fundos para o Financiamento da Educação e seus Efeitos no Pacto Federativo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, out, 2007, pp. 877-897.

PINTO, J. M. R. Financiamento da Educação. In: KRASILCHIK, Myriam (ORG). *USP fala sobre Educação*. São Paulo: USP, 1999.

PINTO, J. M. O Financiamento das Ações Propostas. In: Graciano, M. (coordenadora) *O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *IDH*.

Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em 05/10/2014.

SANTOS, A. S. R. *Financiamento da Educação no Brasil: Estudo de Caso da Prefeitura do Município de São Paulo, 1986 a 1996*. Campinas, (Dissertação de mestrado apresentada ao programa de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas), 1997.

SEMEGHINI, U. Cidade. FUNDEF: Corrigindo Distorções Históricas. *Revista em Aberto-Financiamento da educação no Brasil*, Brasília, v18, dez, 2001, pp. 43-57.

SOUZA, S. M. Z. L. Avaliação e Gestão da Educação Básica no Brasil: Da Competição aos Incentivos. In: DOURADO, L. F. *Organizações Políticas e*

Gestão da Educação no Brasil: novos Marcos Regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. *FINBRA* – Finanças do Brasil. Dados Contábeis dos Municípios. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/finbra-financas-municipais>. Acesso em: 20/10/2014.

UNESCO. *O Perfil dos Professores Brasileiros: O que Fazem, o que Pensam, o que Almejam*: Perfil dos professores. Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: moderna, 2004.

VERHINE, R. E. ; MAGALHÃES, A. L. F. O Impacto do FUNDEF no Brasil: Resultado de um Estudo Comparativo realizado em Rede Nacional. In: *Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada: Construindo a Identidade Latino-Americana*, 3, 2003, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: SBEC, 2003.